

## PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – PAIUB

Reunião Regional das Instituições de Ensino Superior dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Tema: Avaliação Institucional: Questão de Qualidade e Responsabilidade Social

Coordenação: MEC/SESu, DEPES, Comitê Assessor do PAIUB, UFPel

DATA: 24 e 25/06/99

LOCAL: EMBRAPA – PELOTAS – RS

Síntese das discussões

Destacam-se os objetivos do evento:

- Debater a avaliação institucional no contexto do PAIUB, a partir da Portaria no 302, de 07/04/1998 e do documento PAIUB-98.
- Oferecer subsídios às IES para o desenvolvimento de seus programas de Avaliação e elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento institucional como foco dessa avaliação institucional, como forma de exercitar a vontade política de auto-avaliação.
- Estimular o intercâmbio de experiências sobre Avaliação e incentivar a promoção de estudos e debates, nacionais e regionais, sobre o PAIUB.

No dia 24 pela manhã estava prevista palestra com Sr. Luiz Roberto Liza Curi – Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior – SESu/MEC, para falar sobre Política de Ensino Superior. Esse palestrante não compareceu, sendo que o Sr. Eduardo Machado – Coord. Geral de Implementação de Políticas Estratégicas – expôs esse tema em sua palestra “PAIUB – Caminhos Percorridos e Perspectivas”.

Cabe destacar que pelo MEC/SESu estavam presentes o Sr. José Luis Valente – representando o Dr. Abílio Baeta Neves, o Sr. Eduardo Machado e a Sr<sup>a</sup> Maria Dulva Dalla Costa.

A Reitora da UFPEL proferiu a abertura do evento, saudando a todos os presentes, manifestando-se no sentido de que a avaliação proporciona um autoconhecimento e com isto qualifica os processos.

Em seguida o Sr. Eduardo Machado iniciou o seu painel dizendo que pelo plano do governo a política de ensino superior no Brasil estrutura-se em duas fases:

1<sup>a</sup> - diagnóstico

2<sup>a</sup> - avaliação institucional

Na primeira fase no que se refere ao diagnóstico percebe-se a expansão do setor privado para conter a expansão do setor público por razões políticas (federais eram oposição) e financeira (custo muito alto). Expansão sem controle do poder público. O crescimento do ensino superior privado foi capaz de atender a deficiência do ensino

fundamental. Até o ano de 1996 se priorizava o ensino médio e fundamental, sendo que a necessidade de expansão se colocou pela própria demanda.

O diagnóstico no início do governo apresenta um aumento na demanda por vagas. Além disto o diagnóstico feito em 94 e 95 demonstra que apenas 11% de jovens na faixa etária de 18 anos estavam no Ensino Superior. Portanto, era necessário expandir a política de ensino superior. Colocava-se como desafio a qualificação e a flexibilização da estrutura do ensino superior, bem como a diversificação da oferta.

O sistema faz uma segunda intervenção com a aprovação da LDB em 1996, oportunidade em que se introduzem novos elementos para o ensino superior, dos quais destacam-se:

- censos universitários (que abrangem ensino, pesquisa e extensão)
- desafios de implantação de institutos e centros superiores
- discussão e elaboração de diretrizes curriculares em substituição aos currículos mínimos
- cursos seqüenciais (política de diversificação da oferta). Cursos específicos e bem definidos para atender ao mercado. É um novo desafio às instituições.

Neste contexto o governo procurou reestruturar o sistema de supervisão, pela avaliação, através da implantação do ENC - Exame Nacional de Cursos e avaliação da oferta dos cursos de graduação. Destacou que neste ano serão avaliados todos os cursos submetidos ao ENC. Também é considerado como instrumento de avaliação, o redenciamento e recredenciamento de universidades.

Destacou-se que o ENC e o decreto 2.026, que definem a política de ensino superior do MEC, não se aborda os termos avaliação institucional e sim avaliação institucional individual. Segundo o Sr. Machado o ENC foi o instrumento que deu origem ao debate sobre avaliação, pois a LDB coloca que cabe ao MEC zelar pela qualidade do ensino e velar pelas leis que regem e neste sentido, está fazendo avaliação e este é um instrumento predominante.

Para o palestrante a avaliação institucional para cumprir o seu papel tem que ser capaz de identificar as demandas sociais.

Pelo diagnóstico desenvolvido em 1996 percebe-se que o PAIUB não conseguiu ser um instrumento de avaliação de fato, tendo em vista que nem todos conseguiram cumprir o seu cronograma de atividades. Das instituições participantes, em 96 apenas 7% haviam concluído o seu diagnóstico, 9% a etapa de sensibilização, 0,5% avaliação interna, nenhuma instituição havia concluído a avaliação externa e auto-avaliação.

Cabe destacar que em 97 e 98 mudou o panorama com pela Portaria 302 que retoma o processo de avaliação institucional. As universidades públicas, privadas, comunitárias haviam interrompido a avaliação por falta de financiamento pelo governo. Esse fator deixou de manter viva as relações entre governo e universidades sobre esse processo, sendo que o MEC não obteve mais informações sobre o andamento da avaliação nas universidades.

O Sr. Machado fez referência a Profª Denise Leite que está realizando uma pesquisa sobre o PAIUB nas Universidades, o que foi realizado? Qual o impacto dessa avaliação nas mudanças de rumo da universidade. Com esta pesquisa teremos dados mais precisos.

O quadro geral em 97 é melhor. Cerca de 17 instituições, (15% das inst. inscritas no PAIUB) realizaram o seu processo de avaliação.

Na segunda etapa da Avaliação Institucional, através da Portaria 302, o MEC tem como desafio fortalecer o PAIUB, criando estratégias de incorporar todas as Universidades a esse programa. Com esta Portaria instaura-se o segundo ciclo, isto é o PAIUB ajustado, onde o foco é a avaliação global. A Avaliação Institucional deve mapear as relações entre instituições de ensino superior e sociedade e a partir disto criar um plano/projeto institucional. Esse plano deverá ser a principal foco de diálogo (avaliação, supervisão, credenciamento, reconhecimentos). A supervisão deve calcar-se na avaliação.

Com relação a recursos financeiros informou-se que federais tem prioridade. Para as comunitárias poderão ser destinados recursos, mas num segundo momento.

Debate.

No debate reiterou-se a questão do financiamento, a maioria das universidades manifestaram-se no sentido de que são necessários recursos para continuidade do processo de avaliação institucional. Foi informado pelo Sr. Machado que neste ano existe limitações de recursos financeiros.

Outra questão abordada foi no sentido de que hoje existem 35 centros universitários credenciados e no ano que vem todos terão que passar pelo processo de reconhecimentos, e para eles não existem instrumentos de avaliação. Foi respondido que os centros universitários terão que elaborar um plano estratégico, o que irá contribuir para a avaliação interna e externa.

Foi questionado os representantes do MEC se os professores que estão realizando os mestrados profissionais, serão considerados quando da vinda de especialistas do MEC para avaliação dos cursos. Foi informado que qualquer curso que tiver reconhecimento da CAPES será considerado nas avaliações do MEC. Segundo o Sr. José Luis Valente não se deve fazer distinção entre mestrado acadêmico e mestrado profissional.

Como informação o Sr. Machado informou que o crédito educativo está sendo avaliado e terá uma nova estrutura. Será denominado "Sistema de Financiamento". Provavelmente no ano que vem serão investidos mais recursos.

A Profª Denise Leite manifestou-se questionando qual o papel do PAIUB no tripé: avaliação, plano institucional e reconhecimentos/

Foi respondido pelo Sr. Machado que o padrão de qualidade dos cursos é uma questão central. Portanto, a necessidade da supervisão. O credenciamento e reconhecimentos das instituições é uma forma de avaliação, sendo que o parâmetro é a

qualificação proposta pela LDB. Esses dois instrumentos de avaliação tem que dialogar com o processo de avaliação institucional, bem como o ENC e as comissões de especialistas. O processo de avaliação tem que incorporar a avaliação interna e externa, com o objetivo de promover a qualificação das instituições.

Ainda pela manhã a UFPel apresentou o seu projeto da avaliação.

A tarde e na manhã do dia seguinte as demais instituições apresentaram os seus projetos conforme programa, em anexo.